

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
do Conglomerado Prudencial Referentes
ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2015 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras Consolidadas
do Conglomerado Prudencial*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas Demonstrações Financeiras.

Ênfases

Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas Demonstrações Financeiras que divulgam que as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de Demonstrações Financeiras para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, datado de 16 de fevereiro de 2016.

São Paulo, 17 de junho de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO	Nota	2015	2014
Circulante		1.239.375	668.415	Circulante		1.372.347	780.484
Disponibilidades	4	3.128	16.248	Depósitos	17.a	428.907	422.894
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	566.516	186.294	Depósitos à vista		10.367	8.584
Aplicações em operações compromissadas		541.289	158.794	Depósitos interfinanceiros		165.303	263.066
Aplicações em depósitos interfinanceiros		25.227	27.500	Depósitos a prazo		253.237	151.244
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		109.972	211.017	Captações no Mercado Aberto	17.b	87.698	55.160
Carteira própria	6.b	100.175	170.709	Carteira própria		67.637	55.160
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	-	-	Carteira livre movimentação		20.061	-
Vinculados à prestação de garantias	6.b	4.798	25.460	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	160.942	68.306
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	4.999	14.848	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		98.112	64.246
Relações Interfinanceiras		166	603	Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio		61.651	0
Créditos vinculados		124	90	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.179	4.060
Relações com correspondente		42	513	Relações Interdependências		404	102
Operações de Crédito		250.025	209.107	Recursos em trânsito de terceiros		404	102
Operações de crédito		250.025	209.107	Obrigações por Empréstimos e Repasses		529.366	158.668
Setor privado	9.c	277.119	211.699	Repasses do país - Instituições oficiais	17.d	61.456	22
Financiamentos de conta margem		-	6	Finame		528	22
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(27.094)	(2.598)	BNDES		60.928	
Outros Créditos		309.021	42.881	Empréstimos no exterior	17.e	467.910	158.646
Créditos P/avais e fianças honrados		23.581		Instrumentos Financeiros Derivativos	7	37.571	7.941
Carteira de câmbio	10	200.606	1.762	Instrumentos financeiros derivativos		37.571	7.941
Rendas a receber	12	2.328	5.005	Outras Obrigações		127.459	67.413
Negociação e intermediação de valores	13	28.252	17.356	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		576	333
Diversos	11	67.091	18.835	Carteira de câmbio	10	90.530	19
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.a	(12.837)	(77)	Fiscais e previdenciárias	18.b	25.826	11.468
Outros Valores e Bens		547	2.265	Negociação e intermediação de valores	18.c	1.836	37.063
Despesas antecipadas	14	547	2.265	Diversas		8.691	18.530
Realizável a Longo Prazo		899.493	907.425	Exigível a Longo Prazo		456.444	439.082
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		464.156	379.393	Depósitos	17.a	66.012	153.487
Carteira própria	6.b	59.603	136.306	Depósitos a prazo		66.012	153.487
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	62.844	55.173	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	20.926	13.474
Vinculados à prestação de garantias	6.b	312.231	154.573	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		6.349	11.593
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	29.478	33.341	Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio		12.902	
Operações de Crédito		379.568	492.691	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.675	1.881
Operações de crédito		379.568	492.691	Obrigações por Empréstimos e Repasses		252.691	220.997
Setor privado	9.c	385.760	506.898	Repasses do país - Instituições oficiais	17.d	25.107	20.733
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(6.192)	(14.207)	BNDES		16.980	11.347
Outros Créditos		55.434	35.341	Finame		8.127	9.386
Rendas a receber	12	1.285		Empréstimos no exterior	17.e	227.584	200.264
Diversos	11	54.149	35.341	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	92.497	28.322
Outros Valores e Bens		335	-	Instrumentos financeiros derivativos		92.497	28.322
Despesas antecipadas	14	335	-	Outras Obrigações		24.318	22.802
Permanente		6.700	7.170	Sociais e estatutárias	18.a	171	171
Investimentos		1	1	Fiscais e previdenciárias	18.b	20.578	19.357
Outros investimentos	3	3	3	Diversas	18.c	3.569	3.274
Provisão para perdas	(2)	(2)	(2)	Resultado de Exercícios Futuros		1.749	2.070
Imobilizado de Uso	15	3.354	2.672	Rendas antecipadas		1.749	2.070
Outras imobilizações de uso		8.611	7.291	Patrimônio Líquido		315.028	361.374
Depreciações acumuladas		(5.257)	(4.619)	Capital social	21.a	452.169	452.169
Diferido		-	142	De domiciliados no exterior		452.169	452.169
Gastos de Organização e Expansão		-	142	Ajuste ao valor de mercado - TVM		(12.894)	(2.656)
Amortizações Acumuladas		-	(2.666)	Prejuízos acumulados		(124.247)	(88.139)
Intangível	16	3.345	4.355	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.145.568	1.583.010
Outros ativos intangíveis		10.453	10.110				
Amortizações acumuladas		(7.108)	(5.755)				
Total do Ativo		2.145.568	1.583.010				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2015		2014
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		211.327	345.420	186.718
Operações de crédito		54.646	105.343	82.373
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		72.978	127.913	76.814
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	83.703	112.164	27.531
Despesas da Intermediação Financeira		(230.428)	(345.763)	(126.595)
Operações de captações no mercado		(54.523)	(104.169)	(77.610)
Operações de empréstimos e repasses		(15.071)	(27.493)	(4.091)
Resultado de operações de câmbio		(106.044)	(142.489)	(33.906)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(54.790)	(71.612)	(10.988)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(19.101)	(343)	60.123
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(32.170)	(58.566)	(104.612)
Receitas de prestação de serviços	25	8.440	20.362	55.414
Despesas de pessoal		(22.160)	(42.660)	(58.116)
Outras despesas administrativas	26	(14.147)	(30.542)	(82.981)
Despesas tributárias	27	(4.610)	(7.581)	(8.455)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	307	1.855	(10.474)
Resultado Operacional		(51.271)	(58.909)	(44.489)
Resultado Não Operacional	29	(1.403)	(1.428)	(1.649)
Resultado antes da Tributação sobre o Resultado		(52.674)	(60.337)	(46.138)
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	24.874	24.229	(7.021)
Provisão para imposto de renda		(1.564)	(6.272)	(8.091)
Provisão para contribuição social		(1.445)	(4.355)	(4.389)
Ativo fiscal diferido		27.883	34.856	5.459
Prejuízo Líquido do exercício/semestre		(27.800)	(36.108)	(53.159)
Prejuízo por ação no final do exercício/semestre (R\$)		(1,03)	(1,24)	(1,83)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste ao valor	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Especial de lucros	Expansão de mercado - TVM			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	452.169	1.978	-	24.967	(7)	(61.925)	417.182
Destinação para constituição de reserva (nota 21.c)	-	-	24.967	(24.967)	-	-	-
Absorção de prejuízo com reservas (nota 21.c)	-	(1.978)	(24.967)	-	-	26.945	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(2.649)	-	(2.649)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(53.159)	(53.159)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	452.169	-	-	-	(2.656)	(88.139)	361.374
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	452.169	-	-	-	(2.656)	(88.139)	361.374
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(10.238)	-	(10.238)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(36.108)	(36.108)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	452.169	-	-	-	(12.894)	(124.247)	315.028
Saldos em 30 de junho de 2015	452.169	-	-	-	(3.365)	(96.447)	352.357
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(9.529)	-	(9.529)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(27.800)	(27.800)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	452.169	-	-	-	(12.894)	(124.247)	315.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2015		2014
		Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais				
Lucro líquido ajustado no exercício/semestre		23.084	37.696	6.329
Prejuízo líquido do exercício		(27.800)	(36.108)	(53.159)
Ajustes ao prejuízo líquido:		50.884	73.804	59.488
Amortização e baixa do ágio	26	-	-	36.245
Depreciações e amortizações	26	1.049	2.195	2.026
Provisão para impairment do ativo permanente		115	116	865
Baixa ativo permanente		1.662	1.906	-
(Reversão) / Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	28.a	(184)	511	(376)
Provisões para outras despesas operacionais (Contratos onerosos / Retenção)		(323)	(323)	2.874
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior		12.472	22.477	8.657
Baixa de investimentos	29	-	-	1.458
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	54.790	71.612	10.988
Créditos tributários e impostos e contribuições diferidos	20	(27.883)	(34.856)	(5.459)
Provisão para desvalorização de títulos livres		4.391	5.625	769
Reversão para despesa pessoal		2.900	2.021	-
Provisão para contingências fiscais	28	1.895	2.520	1.733
Reversão para contingências cíveis e trabalhistas	28	-	-	(292)
Variações dos Ativos e Obrigações		473.568	356.689	(101.741)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		412.985	(7.260)	41.059
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		12.634	94.373	(184.247)
(Aumento) em operações de crédito		27.723	13.353	(177.887)
Redução em outros créditos		(105.317)	(248.494)	27.146
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(33)	1.381	387
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		602	739	(858)
(Redução) aumento em depósitos		(1.221)	(102.581)	103.243
(Redução) aumento em captação no mercado aberto		(160.536)	32.538	(83.597)
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		41.067	100.088	57.136
Redução em outras obrigações		(6.969)	40.451	(83.155)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		251.919	432.422	198.385
Aumento em resultados de exercícios futuros		714	(321)	647
Disponibilidades Líquidas Geradas (Aplicadas) nas Atividades Operacionais		496.652	394.385	(95.412)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		-	-	(228)
Alienação de imobilizado de uso		-	-	14
Aplicações no imobilizado de uso		(2.324)	(2.329)	-
Aplicações no intangível		(765)	(826)	(1.977)
Disponibilidades Líquidas Geradas (Aplicadas) nas Atividades de Investimentos		(3.089)	(3.155)	(2.191)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento em obrigações por empréstimos no exterior		(19.645)	(52.508)	45.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(19.645)	(52.508)	45.000
Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		473.918	338.722	(52.603)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	4	81.249	216.445	269.048
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/semestre	4	555.167	555.167	216.445
Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		473.918	338.722	(52.603)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (“Banco”) é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento. O Banco é o sucessor legal do Banco Financeiro Português - “em Liquidação Ordinária”. Em 3 de dezembro de 2008, foi transformado em banco múltiplo e teve a sua liquidação ordinária suspensa. Em 1º de abril de 2009, o Banco iniciou suas operações como banco de atacado e de investimento.

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, por meio de suas controladas, Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (Brasil) e Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), adquiriram a Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Banif CVC”), por meio dos seguintes eventos:

- (a) A CGD Participações em Instituições Financeiras (“CGD Participações”), controlada pelo Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (Banco) e pela Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), em partes iguais, em conformidade com as condições previstas no “Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações”, celebrou em 2 de junho de 2010 e aditamentos posteriores, a aquisição de 70% do capital social da Banif CVC.
- (b) Em 12 de julho de 2010, o Banco deteve 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalentes a 50% do total das quotas representativas do capital social da CGD Participações, com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. Nessa mesma data, a entidade Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal) passou a deter os 50% restantes das quotas da CGD Participações.
- (c) Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro, que aprovou a participação estrangeira da CGD Participações, no capital social da Banif CVC.
- (d) Em 9 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a transferência do controle acionário (70% da participação acionária) da CGD Investimentos, por meio da aquisição de ações do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. para a CGD Participações.
- (e) Conforme Ata de Assembleia Extraordinária em 10 de maio de 2012 e Comunicado do Banco Central do Brasil de 8 de junho de 2012, que alterou e aprovou, respectivamente, a denominação social de Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“CGD Investimentos”).
- (f) Em 11 de junho de 2012, a CGD Participações adquiriu as ações remanescentes (30% da participação do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.) tornando-se o único acionista. Dessa forma, o Banco, através da sua controlada CGD Participações, passou a deter 50% do capital social da referida Corretora em conjunto com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente passou a deter 50% do capital.

(g) Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Essa operação foi aprovada em 29 de abril de 2013 pelo Banco Central do Brasil.

Em julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. Esta operação permitirá que a atividade de corretagem passe a ser uma contribuição positiva para os resultados do Banco no médio prazo.

No final do segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de atacado no Brasil. Esta decisão foi tomada a partir da análise do cenário econômico para este setor, atualmente pouco favorável ao perfil de serviços oferecidos pela Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros e prejuízos não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas entidades consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Prudencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Líder	Líder
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A	Instituição Financeira	50%	100%

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- h) CPC 00 (R1) - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Normas aprovadas e ainda não vigentes:

- i) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN 4.424/15, com efeitos a partir de 1ª de janeiro de 2016.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A autorização para divulgação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva do Banco em 17 de junho de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pró-rata” dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste ao valor de mercado - TVM”.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, *swaps* e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício;
- Operações de *swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pró-rata” dia até a data das demonstrações financeiras;
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

As operações de crédito, compostas por operações de conta margem, são registradas pelo valor pactuado e atualizadas "pró-rata" dia, pela taxa de juros pactuada.

Tais operações são classificadas quanto ao nível de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), de acordo com o julgamento da Administração, e consideram, principalmente, as garantias envolvidas nessas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante suficiente para cobrir prováveis perdas.

As operações de crédito classificadas no nível de risco H, após decorrido prazo de 180 dias desta classificação, são baixadas para prejuízo.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

i) Negociação e intermediação de valores

Demonstradas pelo valor de operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas nas bolsas de valores e de futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

j) Outros valores e bens

São compostos por valores pagos antecipadamente, conforme previsão contratual e sua amortização é apropriada pelo seu prazo de vigência. A amortização destes contratos ocorre até no máximo 60 meses.

k) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

l) Permanente

- Investimentos

(i) Os investimento estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável.

- Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

- Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

m) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme a Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes do imposto de renda para o período base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos” sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

o) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

p) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de “impairment”. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	
	Início Período	Fim Período
Disponibilidades	16.248	3.128
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	155.593	541.289
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	<u>44.604</u>	<u>10.750</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>216.445</u>	<u>555.167</u>

	2014	
	Início Período	Fim Período
Disponibilidades	3.886	16.248
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	259.572	155.593
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	<u>5.590</u>	<u>44.604</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>269.048</u>	<u>216.445</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2015			2014		
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.750	14.477	25.227	16.392	11.108	27.500
Aplicações em operações compromissadas	<u>541.289</u>	-	<u>541.289</u>	<u>158.794</u>	-	<u>158.794</u>
Total	<u>552.039</u>	<u>14.477</u>	<u>566.516</u>	<u>175.186</u>	<u>11.108</u>	<u>186.294</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações em operações compromissadas possuíam vencimento em janeiro e fevereiro de 2016, indexado a IPCA + 6%.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015		2014	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	48.356	48.339	101.151	100.019
Notas do Tesouro Nacional - NTN	28.424	28.452	520	514
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.799	4.798	19.494	19.475
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	5.019	5.019	-	-
Debêntures	14.868	14.901	-	-
Títulos privados - renda variável	-	-	<u>1.747</u>	<u>1.600</u>
Total de títulos para negociação	<u>101.466</u>	<u>101.509</u>	<u>122.912</u>	<u>121.608</u>
Títulos disponíveis para venda:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)	1.999	1.999	1.759	1.759
Letras do Tesouro Nacional - LTN	356.701	332.981	220.790	216.332
Notas Promissórias	-	-	72.802	72.802
Debêntures (**)	<u>100.557</u>	<u>94.440</u>	<u>124.020</u>	<u>123.282</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>459.257</u>	<u>429.420</u>	<u>419.371</u>	<u>414.175</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debêntures	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>567.161</u>	<u>539.651</u>	<u>548.721</u>	<u>542.221</u>

(*) Em dezembro de 2014 os Títulos estavam bloqueados em garantia (nota 19.a ii)

(**) Em dezembro de 2015, o Banco possui provisão para a realização de Debêntures, no montante de R\$ 6.393 (R\$ 769 em 2014).

b) Composição por prazo de vencimento:

	2015		2014	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação</u>				
Letras do Financeiras do Tesouro - LFT				
Até 3 meses	-	-	1.223	1.222
De 3 a 12 meses	-	-	575	575
De 1 a 3 anos	-	-	6.207	6.204
Acima de 3 anos	<u>4.799</u>	<u>4.798</u>	<u>11.489</u>	<u>11.474</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 3 a 12 meses	48.356	48.339	48.814	48.592
De 1 a 3 anos	-	-	39.802	39.215
Acima de 3 anos	-	-	<u>12.535</u>	<u>12.212</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
De 3 a 12 meses	1.541	1.544	-	-
De 1 a 3 anos	20.205	20.209	520	514
Acima de 3 anos	<u>6.678</u>	<u>6.699</u>	-	-
Total de títulos públicos	<u>81.579</u>	<u>81.589</u>	<u>121.165</u>	<u>120.008</u>
Títulos privados				
Renda variável				
Sem vencimento	-	-	1.747	1.600
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)				
Acima de 3 anos	5.019	5.019	-	-
Debêntures				
Acima de 3 anos	<u>14.868</u>	<u>14.901</u>	-	-
Total de títulos privados	<u>19.887</u>	<u>19.920</u>	<u>1.747</u>	<u>1.600</u>
Total de títulos para negociação	<u>101.466</u>	<u>101.509</u>	<u>122.912</u>	<u>121.608</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Até 3 meses	-	-	1.759	1.759
De 1 a 3 anos	1.999	1.999	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	279.765	260.314	-	-
Acima de 3 anos	<u>76.936</u>	<u>72.667</u>	<u>220.790</u>	<u>216.332</u>
Total de títulos públicos	<u>358.700</u>	<u>334.980</u>	<u>222.549</u>	<u>218.091</u>

	2015		2014	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Debêntures				
Vencidas	724	-	-	-
Até 3 meses	1.672	1.673	-	-
De 3 a 12 meses	1.790	1.791	-	-
De 1 a 3 anos	38.868	38.818	72.459	71.690
Acima de 3 anos	57.503	52.158	51.561	51.592
Notas Promissórias				
De 3 a 12 meses	-	-	72.802	72.802
Total de títulos privados	<u>100.557</u>	<u>94.440</u>	<u>196.822</u>	<u>196.084</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>459.257</u>	<u>429.420</u>	<u>419.371</u>	<u>414.175</u>
<u>Títulos mantidos até o vencimento</u>				
Debêntures				
Acima de 5 anos	6.438	8.722	6.438	6.438
Total de títulos privados	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>8.722</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Circulante (*)	105.652	104.973	197.473	196.169
Realizável a longo prazo	<u>461.509</u>	<u>434.678</u>	<u>351.248</u>	<u>346.052</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>567.161</u>	<u>539.651</u>	<u>548.721</u>	<u>542.221</u>

(*) Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$ 416.569 (R\$ 218.091 em 2014) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados no montante de R\$ 123.082 (R\$ 202.522 em 2014) estão custodiados na CETIP S.A. - Mercados Organizados e os títulos privados - renda variável no montante de R\$ 1.600 em 2014 na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLIC.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “negociação” o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das ações de companhias abertas é obtido por meio de coletas dos seus preços de fechamento divulgados pela BM&FBovespa. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria “disponíveis para venda” resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ 23.444 (R\$ 4.427 em 2014). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ (12.894) (R\$ (2.656) em 2014), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2015			2014		
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	15.687	14.659	30.346	25.757	15.201	40.958
Swap - diferencial a pagar	<u>(38.413)</u>	<u>(76.580)</u>	<u>(114.993)</u>	<u>(15.396)</u>	<u>(19.853)</u>	<u>(35.249)</u>
Total Swap	<u>(22.726)</u>	<u>(61.921)</u>	<u>(84.647)</u>	<u>10.361</u>	<u>(4.652)</u>	<u>5.709</u>
NDF - a receber	12.547	(8.416)	4.131	6.348	883	7.231
NDF - a pagar	<u>(3.951)</u>	<u>(11.124)</u>	<u>(15.075)</u>	<u>(1.052)</u>	<u>38</u>	<u>(1.014)</u>
Total NDF	<u>8.596</u>	<u>(19.540)</u>	<u>(10.944)</u>	<u>5.296</u>	<u>921</u>	<u>6.217</u>
Total	<u>(14.130)</u>	<u>(81.461)</u>	<u>(95.591)</u>	<u>15.657</u>	<u>(3.731)</u>	<u>11.926</u>

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *Swap*, *Non Deliverables Forward - NDF*, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2015					2014				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	34.088	20.339	94.774	355.421	504.622	8.673	245.343	315.906	320.450	890.372
Swap - posição passiva	309.355	394.395	666.848	563.715	1.934.313	7.144	148.261	401.647	557.699	1.114.751
NDF - posição ativa	45.976	51.188	-	-	97.164	474.379	6.935	-	-	481.314
NDF - posição passiva	788.639	36.426	-	-	825.065	6.696	-	-	-	6.696
Futuros - posição comprada	-	1.325.155	440.831	35.405	1.801.391	497.576	160.984	180.979	25.359	864.898
Futuros - posição vendida	-	<u>705.383</u>	<u>772.363</u>	<u>280.235</u>	<u>1.757.981</u>	<u>48.828</u>	<u>120.104</u>	<u>741.284</u>	<u>152.860</u>	<u>1.063.076</u>
Total	<u>1.178.058</u>	<u>2.532.886</u>	<u>1.974.816</u>	<u>1.234.776</u>	<u>6.920.536</u>	<u>1.043.296</u>	<u>681.627</u>	<u>1.639.816</u>	<u>1.056.368</u>	<u>4.421.107</u>

c) Composição por indexador

	2015			2014		
	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>
<i>Operações de Swap</i>						
Posição ativa	<u>30.346</u>	-	<u>504.622</u>	<u>40.958</u>	-	<u>890.372</u>
CDI x Dólar	-	-	-	9	-	500
CDI x IPCA	13	-	4.243	-	-	-
CDI x LIBOR 1	848	-	29.400	-	-	-
CDI x PRÉ	5.052	-	39.554	1.017	-	46.127
DOLAR x LIBOR	-	-	-	17.449	-	323.570
DOLAR VENDA x CDI	507	-	22.388	6.361	-	45.038
DOLAR VENDA x LIBOR	9.471	-	123.273	-	-	-
DOLAR VENDA x LIBOR 1	12.808	-	173.486	278	-	6.500
EURO BCE x CDI	-	-	-	8.306	-	22.875
IPCA x CDI	1.229	-	49.840	5.441	-	49.840
LIBOR 1 x DOLAR VENDA	16	-	20.398	132	-	98.692
LIBOR 2 x DOLAR VENDA	41	-	10.000	-	-	-
PRÉ x CDI	152	-	21.300	1.965	-	297.230
PRÉ x DOLAR VENDA	209	-	10.740	-	-	-
Posição passiva	-	<u>(114.993)</u>	<u>1.934.313</u>	-	<u>(35.249)</u>	<u>1.114.751</u>
CDI x DOLAR	-	-	-	-	(1.483)	9.608
CDI x DOLAR VENDA	-	(11.622)	77.183	-	-	-
CDI x IPCA	-	(1.048)	65.058	-	(10.335)	99.840
CDI x LIBOR 1	-	(2.535)	5.398	-	-	-
CDI x LIBOR 2	-	(1.456)	10.000	-	-	-
CDI x PRE	-	-	-	-	(16)	17.386
LIBOR x DOLAR VENDA	-	(8.224)	123.273	-	-	-
LIBOR 1M x DOLAR	-	-	-	-	(13.444)	433.314
LIBOR 1 x DOLAR VENDA	-	(9.615)	448.301	-	-	-
PRÉ x CDI	-	(77.879)	1.194.706	-	(9.971)	554.603
PRÉ x DOLAR VENDA	-	(2.614)	10.394	-	-	-
Total de operações de <i>Swap</i>	<u>30.346</u>	<u>(114.993)</u>	<u>2.438.935</u>	<u>40.958</u>	<u>(35.249)</u>	<u>2.005.123</u>
<i>Operações de NDF</i>						
Posição ativa	4.131	-	97.164	7.231	-	481.314
Posição passiva	-	<u>(15.075)</u>	<u>825.065</u>	-	<u>(1.014)</u>	<u>6.696</u>
Total de operações de <i>NDF</i>	<u>4.131</u>	<u>(15.075)</u>	<u>922.229</u>	<u>7.231</u>	<u>(1.014)</u>	<u>488.010</u>

	2015			2014		
	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>
Operações de Futuros				-	-	-
Posição comprada	<u>28.118</u>	<u>(2)</u>	<u>1.801.391</u>	<u>21</u>	<u>(14.949)</u>	<u>864.898</u>
DDI	12.947	-	932.491	-	(4.526)	289.140
DI1	-	-	-	21	-	59.744
DOL	15.167	-	868.239	-	(10.423)	516.014
EUR	4	-	223	-	-	-
IND	-	(2)	438	-	-	-
Posição vendida	<u>781</u>	<u>(1.033)</u>	<u>1.757.981</u>	<u>1.149</u>	<u>(1.343)</u>	<u>1.063.076</u>
DDI	42	-	106.786	382	-	38.542
DI1	739	-	1.436.632	-	(1.331)	964.882
DOL	-	(818)	202.074	70	-	14.615
EUR	-	(215)	12.489	697	-	36.968
T10	-	-	-	-	(12)	8.069
Total de operações de Futuros	<u>28.899</u>	<u>(1.035)</u>	<u>3.559.372</u>	<u>1.170</u>	<u>(16.292)</u>	<u>1.927.974</u>
Total	<u>63.376</u>	<u>(131.103)</u>	<u>6.920.536</u>	<u>49.359</u>	<u>(52.555)</u>	<u>4.421.107</u>

d) Valor de referência por local de negociação

	<u>Bolsa</u>	<u>Balcão</u>	<u>Total</u>	<u>Bolsa</u>	<u>Balcão</u>	<u>Total</u>
	<u>BM&FBovespa</u>	<u>(Cetip)</u>	<u>2015</u>	<u>BM&FBovespa</u>	<u>(Cetip)</u>	<u>2014</u>
<i>Operações de swap</i>	1.419.477	1.019.458	2.438.935	1.060.724	944.399	2.005.123
<i>Operações de NDF</i>	-	922.229	922.229	-	488.010	488.010
Futuros - posição comprada	1.801.391	-	1.801.391	864.898	-	864.898
Futuros - posição vendida	<u>1.757.981</u>	-	<u>1.757.981</u>	<u>1.063.076</u>	-	<u>1.063.076</u>
Total	<u>4.978.849</u>	<u>1.941.687</u>	<u>6.920.536</u>	<u>2.988.698</u>	<u>1.432.409</u>	<u>4.421.107</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

	2º Semestre de 2015			Exercício de 2015			Exercício de 2014		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	154.104	(214.075)	(59.971)	286.947	(362.757)	(75.810)	121.597	(121.649)	(52)
NDF	130.528	(251.590)	(121.062)	234.780	(410.103)	(175.323)	70.580	(99.950)	(29.370)
Opções	48	-	48	48	-	48	37.274	(36.834)	440
Contrato de futuros	<u>1.279.338</u>	<u>(1.014.650)</u>	<u>264.688</u>	<u>2.050.466</u>	<u>(1.687.217)</u>	<u>363.249</u>	<u>689.576</u>	<u>(633.063)</u>	<u>56.513</u>
Total	<u>1.564.018</u>	<u>(1.480.315)</u>	<u>83.703</u>	<u>2.572.241</u>	<u>(2.460.077)</u>	<u>112.164</u>	<u>919.027</u>	<u>(891.496)</u>	<u>27.531</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBOVESPA e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.798	13.513
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u>312.231</u>	<u>164.761</u>
Total	<u>317.029</u>	<u>178.274</u>

A rubrica “Vinculados à prestação de garantias” é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.759 em 2014 vinculadas a depósitos judiciais (nota 19.a).

g) Derivativos Utilizados como Instrumentos de “Hedge”

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as estruturas de “hedge de risco de mercado” são compostas por contratos futuros, com valor atualizado de R\$ 509.693 (R\$ 224.843 em 2014) e vencimentos que variam de janeiro de 2016 a outubro de 2018 (janeiro de 2015 a outubro de 2018), e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas, tendo sido registrados (perdas) ou ganhos no valor de R\$ 89.087 (R\$ 24.914 em 2014), os quais foram registrados diretamente no resultado do exercício.

O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 444.529 (R\$ 237.891 em 2014) e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado do exercício como despesa é de R\$ 2.941 (R\$ 3.042 em 2014).

O valor de mercado das aplicações em operações compromissadas é de R\$ 56.713 e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 2.

A efetividade das estruturas do “hedge de risco de mercado” é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;

- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&Fbovespa ou própria);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos;
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2015, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 988.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III- Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Capital de giro	575.511	697.801
Financiamento - Fname	8.674	9.422
Financiamento - BNDES	78.694	11.374
Financiamento de conta margem	-	6
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	<u>662.879</u>	<u>718.603</u>
Outros créditos e títulos a receber (*)	14.849	6.098
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	97.282	1.575
Créditos para avais e fianças honrados	<u>23.581</u>	-
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>798.591</u>	<u>726.276</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.286)	(16.805)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(12.837)</u>	<u>(77)</u>
Total da provisão	<u>(46.123)</u>	<u>(16.882)</u>
Circulante	372.900	216.713
Realizável a longo prazo	379.568	492.681

(*) Em 31 de dezembro de 2015, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 14.849 (R\$ 6.098 em 2014) com vencimento final em janeiro de 2016 (janeiro de 2015 em 2014) (nota 11).

b) Composição da carteira por setor de atividade

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Setor Privado:		
Indústria	276.038	200.961
Comércio	66.657	110.625
Pessoa Física	-	6
Outros	<u>455.896</u>	<u>414.684</u>
Total	<u>798.591</u>	<u>726.276</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2015							2014
	A vencer							Total
	Vencida	01 a 31	31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima 360	Total	
Capital de giro	20.950	9.351	38.854	88.092	57.655	360.609	575.511	697.801
Financiamento - BNDES	-	-	-	-	61.689	17.005	78.694	11.374
Financiamento - Finame	-	-	-	-	527	8.147	8.674	9.422
Financiamento de conta margem	-	-	-	-	-	-	-	6
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	-	14.849	-	-	-	-	14.849	6.098
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	-	24.250	16.381	51.499	5.152	-	97.282	1.575
Créditos p/Avais e Fianças Honrados	-	<u>23.581</u>	-	-	-	-	<u>23.581</u>	-
Total	<u>20.950</u>	<u>72.031</u>	<u>55.235</u>	<u>139.591</u>	<u>125.023</u>	<u>385.761</u>	<u>798.591</u>	<u>726.276</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de provisão - %	2015				2014		
		Vencido	Curso normal	Provisão	Provisão Prudencial (*)	Vencido	Curso normal	Provisão
AA	-	-	806	-	-	63.490	-	
A	0,50%	-	109.370	547	-	123.895	619	
B	1,00%	-	541.351	5.413	-	456.855	13.801	
C	3,00%	-	93.182	2.795	5.752	82.035	2.461	
F	50,00%	10.475	44.531	22.265	-	-	-	
H	100,00%	-	<u>9.351</u>	<u>9.351</u>	-	<u>1</u>	<u>1</u>	
Total		<u>10.475</u>	<u>798.591</u>	<u>40.371</u>	<u>5.752</u>	<u>726.276</u>	<u>16.882</u>	

(*) Em dezembro de 2015, a Administração decidiu por reforçar a provisão de crédito de forma prudencial para determinado setor para fazer face aos possíveis impactos do cenário econômico atual e seus reflexos para o Banco.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo no início do exercício	(16.882)	(5.907)
Provisão constituída	(71.612)	(11.228)
Reversão de provisão	-	240
Baixa perda	<u>42.371</u>	<u>13</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(46.123)</u>	<u>(16.882)</u>

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 14.849. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto era de R\$ 6.098.

Não houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	113.673	1.762
Direitos sobre venda de câmbio	85.452	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	<u>1.481</u>	<u>-</u>
Total	<u>200.606</u>	<u>1.762</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	84.331	-
Obrigações por compras de câmbio	102.000	1.594
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	<u>(95.801)</u>	<u>(1.575)</u>
Total	<u>90.530</u>	<u>19</u>

A carteira de câmbio, em 2015 e 2014, possui prazo de até 9 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	14.849	6.098
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 20.b)	73.717	13.641
Impostos e contribuições a compensar	3.819	3.974
Créditos renegociados de conta margem	-	201
Pagamentos a ressarcir	40	67
Adiantamento e antecipações salariais	120	169
Devedores por depósito em garantia (nota 19 a.)	27.549	24.698
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 22.b)	67	3.863
Escrow account	545	614
Outros	<u>534</u>	<u>851</u>
Total	<u>121.240</u>	<u>54.176</u>
Circulante	67.091	18.835
Realizável a longo prazo	54.149	35.341

12. RENDAS A RECEBER

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Comissões por garantias prestadas a receber	3.041	1.496
Serviços prestados a receber de sociedades ligadas (nota 22.b)	-	113
Serviços prestados a receber (a)	566	1.918
Outras rendas a receber (b)	<u>6</u>	<u>1.478</u>
Total	<u>3.613</u>	<u>5.005</u>
Circulante	2.328	5.005
Realizável a longo prazo	1.285	-

(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

(b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira.

13. OUTROS CRÉDITOS - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa de registro e liquidação	27.864	10.158
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	388	5.681
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	<u>-</u>	<u>1.517</u>
Total	<u>28.252</u>	<u>17.356</u>

14. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prêmio de seguro	314	42
Assinaturas e periódicos	-	2
Comissões de carta de fiança	62	567
Contrato de Retention	-	148
Contratos de prestação de serviços	470	733
Manutenção de sistemas	34	-
Outras	<u>2</u>	<u>773</u>
Total	<u>882</u>	<u>2.265</u>
Circulante	547	2.265
Exigível a longo prazo	335	-

15. IMOBILIZADO DE USO

Está representado por:

	2015				2014	
	<u>Taxa anual depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	4.620	(2.252)	-	2.368	1.811
Comunicação	10%	489	(351)	(2)	136	266
Processamento de dados	20%	3.395	(2.541)	(37)	817	377
Veículos	20%	<u>107</u>	<u>(74)</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>218</u>
Total		<u>8.611</u>	<u>(5.218)</u>	<u>(39)</u>	<u>3.354</u>	<u>2.672</u>

16. INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

	2015				2014	
	<u>Taxa anual amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
	20%	10.453	(6.753)	(355)	3.345	4.355

17. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos à vista	<u>10.367</u>	<u>8.584</u>
Depósitos a prazo	<u>319.249</u>	<u>304.731</u>
De 1 a 90 dias	91.596	22.094
De 91 até 360 dias	161.641	129.150
A vencer após 360 dias	<u>66.012</u>	<u>153.487</u>
Depósitos interfinanceiros	<u>165.303</u>	<u>263.066</u>
De 1 a 90 dias	<u>165.303</u>	<u>263.066</u>
Total de depósitos	<u>494.919</u>	<u>576.381</u>
Circulante	428.907	422.894
Exigível a longo prazo	66.012	153.487

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 473.860 (R\$562.666 em 2014), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 95,5% a 113,8% (de 98% a 113,8% em 2014). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 10.692 (R\$ 5.131 em 2014), apresentam taxas ao ano que variam de 12,72% a 18,37% (9,19% a 14,79% em 2014).

b) Captações no mercado aberto

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>Total</u>	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>Total</u>
Carteira própria				
Debêntures	67.637	67.637	55.160	55.160
Carteira terceiro				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>20.061</u>	<u>20.061</u>	—	—
Total captações no mercado aberto	<u>87.698</u>	<u>87.698</u>	<u>55.160</u>	<u>55.160</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito agrícola e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 175.681 (R\$ 73.953 em 2014) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 91,5% a 115,5% (95% a 115,5% em 2014). As letras financeiras, letras de crédito agrícola e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 6.187 (R\$ 7.827 em 2014), apresentam taxas ao ano que variam de 11,76% a 15,10% (10,19% a 15,10% em 2014).

d) Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$ 77.908 (R\$ 11.347 em 2014) e R\$ 8.655 (R\$ 9.408 em 2014), respectivamente, com prazo de vencimento de 2016 a 2024.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	<u>USD</u>	<u>Reais</u>	<u>Reais</u>
Empréstimo no Exterior			
Grupo Caixa Geral de Depósitos - Objeto de Hedge(*)	113.000	444.529	237.891
Grupo Caixa Geral de Depósitos	25.037	98.338	-
International Finance Corporation - IFC		67.507	67.362
Outros Bancos	21.700	<u>85.120</u>	<u>53.657</u>
Total		<u>695.494</u>	<u>358.910</u>
Circulante		<u>467.910</u>	<u>158.646</u>
Exigível a longo prazo		<u>227.584</u>	<u>200.264</u>

(*)Estas operações foram objeto de “hedge”, descritos na nota 7.g.

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	<u>171</u>	<u>171</u>
Total	<u>171</u>	<u>171</u>

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos e contribuições sobre os lucros a pagar (*)	1.060	1.930
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 19.a)	20.578	18.392
Impostos e contribuições a recolher	8.313	10.491
Impostos e contribuições diferidos (nota 20.c)	<u>16.453</u>	<u>12</u>
Total	<u>46.404</u>	<u>30.825</u>
Circulante	25.826	11.468
Exigível a longo prazo	20.578	19.357

(*) Refere-se à obrigação legal de auto de infração sobre IR e CSLL no ano base de 2008, da qual, através de acordo, a Corretora vem efetuando o pagamento de forma parcelada. A opção pelo parcelamento dos impostos e contribuições sobre lucros a pagar foi efetuada em janeiro de 2012, com o valor de R\$ 3.840, dividido em 60 parcelas de R\$ 64, atualizados mensalmente pela taxa de juros Selic.

c) Diversas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 22.b)	65	38
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.869	2.358
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 19.b)	921	916
Provisão para despesas de pessoal	6.160	10.923
Fornecedores a pagar (**)	894	4.443
Outras	<u>1.351</u>	<u>3.126</u>
Total	<u>12.260</u>	<u>21.804</u>
Circulante	8.691	18.530
Exigível a longo prazo	3.569	3.274

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 554.709 (R\$ 612.944 em 2014) (nota 28 a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.869 (R\$ 2.358 em 2014), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2015		2014	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	164.401	-	315.904	-
A	0,50%	213.729	1.069	199.939	1.000
B	1,00%	176.579	1.800	77.744	777
C	3,00%	-	-	<u>19.357</u>	<u>581</u>
Total		<u>554.709</u>	<u>2.869</u>	<u>612.944</u>	<u>2.358</u>

(**) Em 2014, refere-se, principalmente, a provisão relacionada a contratos onerosos e retenção.

19. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c).

Assim, o Banco, em 2015 possui provisões para contingências de natureza fiscal, no montante de R\$ 2.048. Em 2014, o Banco possuía provisões para contingências de natureza fiscal, no montante de R\$ 1.344, as quais estão registradas nas rubricas “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” .

a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processos administrativo e judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante total de R\$ 2.243 que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2015		2014	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	2.048	2.048	1.272	1.272
PIS (iii)	2.591	3.440	2.383	3.120
COFINS (iii)	<u>15.939</u>	<u>21.169</u>	<u>14.665</u>	<u>19.196</u>
Subtotal	<u>20.578</u>	<u>26.657</u>	<u>18.320</u>	<u>23.588</u>
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	-	-	1.759
IRPJ	-	-	<u>72</u>	-
Subtotal	-	-	<u>72</u>	<u>1.759</u>
Total	<u>20.578</u>	<u>26.657</u>	<u>18.392</u>	<u>25.347</u>

- (i) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012, de 2013, 2014 e de 2015 no montante de R\$ 2.048, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível.

- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.759 em 2014. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.
- (iii) Refere-se a discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei nº 9.718/98, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos, julga como “possível” às chances de êxito, na Corretora.
- b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Sucumbências cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2013	16.637	202	182	846	17.867
Constituição (nota 27.b)	1.755	-	-	609	2.364
Baixa (nota 27.a)	-	(178)	(182)	(564)	(924)
Saldo em 31/12/2014	<u>18.392</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>891</u>	<u>19.307</u>
Saldo em 31/12/2014	18.392	24	-	891	19.307
Constituição (nota 27.b)	2.259	-	-	317	2.576
Reversão	(56)	-	-	-	(56)
Baixa	(17)	-	-	(311)	(328)
Saldo em 31/12/2015	<u>20.578</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>897</u>	<u>21.499</u>

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é o seguinte:

Perda	2015					
	Obrigações legais e contingência fiscal		Contingência cíveis e sucumbências		Trabalhistas	
	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>
Possível (a)	55.817	20.578	7.180	24	9.433	896
Remota	<u>740</u>	-	-	-	<u>9</u>	-
Total	56.557	20.578	7.180	24	9.442	896

2014

Perdas	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Trabalhista	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Possível (a)	49.610	18.392	1.047	24	892	892
Remotas	<u>740</u>	—	—	—	—	—
Total	<u>50.350</u>	<u>18.392</u>	<u>1.047</u>	<u>24</u>	<u>892</u>	<u>892</u>

(a) No tocante aos processos que os assessores jurídicos da Corretora julgam como “possível” existe “procedimento administrativo” sobre “auto de infração” na cobrança de IR, CSLL, PIS e Cofins sobre desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas que montam R\$ 35.239 (R\$ 30.849 em 2014). Em caso de perda, tais processos estão garantidos pelos antigos controladores.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	(52.674)	(60.337)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (15% até 31 de agosto de 2015), respectivamente.	24.088	27.152
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:		
Despesas com gratificações e benefícios	(120)	(201)
Amortização do Ágio		(14.498)
Outros	<u>2.557</u>	<u>3.137</u>
Crédito Tributário não constituído	<u>(1.650)</u>	<u>(5.859)</u>
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício.	<u>24.874</u>	<u>24.229</u>
		<u>(7.021)</u>

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 73.717 (R\$ 13.641 em 2014), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

A Lei nº 13.169/15, que altera a Lei nº 7.689/88, eleva a alíquota da contribuição social para 20% sobre o lucro líquido referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Em função desta alteração, os créditos tributários de contribuição social foram constituídos da seguinte forma:

- (i) Aplicando-se a alíquota de 15% sobre as adições e exclusões temporárias apuradas até a data de 31 de agosto de 2015 e sobre àquelas que estimam-se realizar no período posterior a 31 de dezembro de 2018; e
- (ii) Alíquota de 20% sobre as adições e exclusões temporárias que estimam-se realizar no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Em 30 de setembro de 2015 foi constituído o montante adicional de R\$ 2.470, referente à diferença entre as alíquotas de 15% e 20%, sobre as adições e exclusões temporárias que estimam-se realizar no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.386	7.060
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior.	46.837	2.388
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	85	2.705
Provisão para contingências fiscais	819	537
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.277	943
Outros	<u>1.313</u>	<u>8</u>
Total	<u>73.717</u>	<u>13.641</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ajuste a valor de mercado - Futuros DDI/DI (*)	(16.246)	-
Ajustes de marcação a mercado títulos disponíveis para venda	<u>(207)</u>	<u>(12)</u>
Total de obrigações diferidas	<u>(16.453)</u>	<u>(12)</u>

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos foi apurada pelos resultados da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos futuros e dos títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Constituição / (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2015
Provisão para contingências fiscais	537	282	819
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.705	(2.620)	85
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	943	334	1.277
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.060	16.326	23.386
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos	605	35.475	36.080
Ajuste de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	1.783	8.974	10.757
Outras	<u>8</u>	<u>1.305</u>	<u>1.313</u>
Saldo de créditos tributários	<u>13.641</u>	<u>60.076</u>	<u>73.717</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(16.246)	(16.246)
Ajustes de marcação a mercado títulos disponíveis para venda	<u>(12)</u>	<u>(195)</u>	<u>(207)</u>
Saldo de obrigações diferidas	<u>(12)</u>	<u>(16.441)</u>	<u>(16.453)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	46.871	6.515	14.658	3.300	2.373	73.717
Obrigações diferidas	16.453	-	-	-	-	16.453

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 64.787 e R\$ 14.289, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, não estão contabilizados créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social e também por provisões temporariamente ineditáveis na Corretora no montante de R\$ 66.442 (R\$ 53.852 em 2014), sendo que R\$ 36.912 (R\$ 33.658 em 2014) de Imposto de Renda e R\$ 29.530 (R\$ 20.194 em 2014) de Contribuição Social. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornar factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000.

A Corretora em 31 de dezembro de 2015, possui o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2014, foi deliberado a transferência da totalidade do saldo registrado em reserva de expansão para a reserva especial de lucros e, posteriormente, a absorção do prejuízo com essa reserva e com a reserva legal.

d) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do resultado do Banco:

	2015	
	Patrimônio Líquido R\$ mil	Prejuízo R\$ mil
Patrimônio e Prejuízo líquido do Banco - individual	312.928	(31.026)
Ajuste de equivalência reconhecido pelo Banco em 2016 e ajustado no Prudencial de 31.12.15 (*)	772	772
Ações Pertencentes ao Caixa Banco de Investimentos - 13.988.524 ações (**)	1.328	(5.854)
Patrimônio e prejuízo Líquido do Banco - Conglomerado Prudencial	315.028	(36.108)
	2014	
	Patrimônio Líquido R\$ mil	Prejuízo R\$ mil
Patrimônio e Prejuízo líquido do Banco - individual	354.192	(40.996)
Ações Pertencentes ao Caixa Banco de Investimentos - 13.988.524 ações (**)	7.182	(12.163)
Patrimônio e prejuízo Líquido do Banco - Conglomerado Prudencial	361.374	(53.159)

(*) Em 2015, a Corretora reconheceu no resultado do exercício a atualização monetária de títulos e valores mobiliários (debêntures), reconhecida pelo Banco somente no exercício de 2016.

(**) A consolidação foi elaborada em conformidade com Resolução nº 4.280/13 art. 3º II que estabelece que o controle é caracterizado pela atuação no mercado sob a mesma marca.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

O Conselho de Administração aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil ; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio.

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo.

A remuneração variável será calculada:

- (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente;
- (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta");
- (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida").

O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores.

No exercício findo em 31 de dezembro 2015, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 2.676 (R\$ 3.631 em 2014), considerando salários, encargos e benefícios.

O pessoal-chave da Administração da Corretora, composto por seu corpo diretivo, obteve remuneração no exercício no montante de R\$ 674 (R\$ 1.170 em 2014) caracterizada como benefício de curto prazo. A corretora não possui outros benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Grau de relação	2015		2014	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	2.402	-	539	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	-	-	1
Outros créditos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	52	-	85	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	15	-	3.793	4.325
Sucursal Grand Cayman	Ligada	-	-	98	-
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(6.180)	(772)	(5.858)	(364)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos					
Administradores	Pessoa-chave	-	-	(340)	(20)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - New York (nota 16. e)	Ligada	(472.084)	-	(237.891)	(24.863)
Banco Nacional Ultramarino S.A (nota 16. e)	Ligada	(23.626)	(22.477)	(53.657)	(8.657)
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota 16. e)	Controladora	(70.783)	(280)	-	-
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-

	<u>Grau de relação</u>	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(65)		(37)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	(1)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	1.436	-	1.436
Caixa Geral de Depósitos - Grand Cayman	Ligada	-	396	-	396
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	756	-	756

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 28.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 08 de dezembro de 2015 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2016.

23. LIMITES OPERACIONAIS - Índice de Basiléia e Limite de Imobilização

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basiléia

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Risco de crédito - PEPR	172.644	179.262
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	18.542	6.895
Risco Operacional - POPR	17.917	18.073
Patrimônio de referência exigido - PRE	209.103	204.230
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	312.766	361.102
Índice da Basiléia (*)	16,45%	19,45%

(*) O índice de Basiléia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2015 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 2,0% (1,9% em 2014).

24. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em 31 de dezembro de 2015, a Administração deliberou sobre o reforço da provisão no montante R\$ 6.602. A referida provisão foi registrada como “Despesas de pessoal”.

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro 2015 e de 2014 estão assim representadas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Comissão de estruturação e assessoria em operações	1.091	5.486	11.496
Corretagem de operações em Bolsas	-	115	20.909
Rendas garantias prestadas	6.778	12.737	10.488
Rendas de serviços prestados a ligadas	-	-	4.325
Outras	<u>571</u>	<u>2.024</u>	<u>8.196</u>
Total de receitas de prestação de serviços	<u>8.440</u>	<u>20.362</u>	<u>55.414</u>

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro 2015 e de 2014 estão assim representadas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Processamento de dados	4.385	8.481	11.056
Aluguel, água, energia e gás	2.578	4.939	4.819
Serviços técnicos especializados	1.508	2.858	3.729
Depreciação e amortização (*)	1.049	2.195	38.271
Serviços do sistema financeiro	1.405	2.730	3.676
Viagens	338	864	712
Publicações	167	492	446
Seguros	136	314	220
Manutenção e conservação de bens	409	808	358
Comunicação	396	2.634	9.556
Vigilância e segurança	155	313	298
Serviço de terceiros	537	1.055	1.187
Transportes	109	198	270
Comissões pagas	165	835	590
Outras despesas indedutíveis (b)	-	-	3.335
Provisão para impairment do ativo permanente	-	-	865
Outras	<u>810</u>	<u>1.826</u>	<u>3.593</u>
Total	<u>14.147</u>	<u>30.542</u>	<u>82.981</u>

(*) Inclui amortização e baixa total do ágio no montante de R\$ 36.245 em 2014.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro 2015 e de 2014 estão representadas por:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	3.725	5.975	5.405
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	83	378	2.000
Despesas de contribuição ao PIS	606	972	879
Outras	<u>196</u>	<u>256</u>	<u>171</u>
Total de despesas tributárias	<u>4.610</u>	<u>7.581</u>	<u>8.455</u>

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Recuperação de encargos e despesas	15	87	74
Atualização de impostos	369	667	-
Variação monetária ativa	407	554	248
Rendas de títulos e créditos a receber	648	1.090	775
Descontos obtidos	389	395	117
Reversão de provisão operacional	1.016	4.319	1.000
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 19.b)	-	56	292
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	183	184	376
Atualização de depósito judicial	-	-	1.777
Outros	<u>337</u>	<u>342</u>	<u>163</u>
Total	<u>3.364</u>	<u>7.694</u>	<u>4.822</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Processos fiscais (nota 19.b)	414	777	568
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	695	-
Liquidação de operações em bolsa	-	-	121
Atualização de impostos	-	-	1.144
Comissão sobre carta de fiança	-	-	558
Repasse de corretagem	-	-	12.557
Devolução de comissão	-	-	181
Despesas indedutíveis	2.430	3.677	-
Multas e juros	22	152	14
Variação monetária passiva	-	-	1
Outras despesas	191	538	152
Total	<u>3.057</u>	<u>5.839</u>	<u>15.296</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>307</u>	<u>1.855</u>	<u>(10.474)</u>

29. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Prejuízo na alienação de valores e bens	479	479	3
Baixa de Investimentos		-	1.458
Outras despesas indedutíveis			188
Outras despesas não operacionais	<u>924</u>	<u>949</u>	-
Total	<u>1.403</u>	<u>1.428</u>	<u>1.649</u>

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota 18.c)	554.709	612.944

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de contribuição é de R\$ 186 (R\$ 244 em 2014) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 13.824 (R\$ 14.203 em 2014). E o período de cobertura se estende até julho de 2016.

d) Linha de crédito com a matriz

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 08 de dezembro de 2015, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.